

Processo histórico e educacional do Movimento Negro no Amapá: lutas, desafios e acesso à educação superior

The historical and educational process of the Black Movement in Amapá: struggles, challenges, and access to higher education

El proceso histórico y educativo del Movimiento Negro en Amapá: luchas, desafíos y acceso a la educación superior

Jane Selma Almeida de Souza*

Elivaldo Serrão Custódio**

Eugénia da Luz Silva Foster***

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a trajetória histórica, as lutas, os desafios e os processos de resistência do Movimento Negro no estado do Amapá, com ênfase em suas implicações no acesso à educação superior. A investigação adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, tendo como técnica de tratamento e interpretação dos dados a Análise de Conteúdo. A partir dessa perspectiva metodológica, examina-se como o Movimento Negro Amapaense, ao longo de sua historicidade, se consolida não apenas como espaço de resistência, mas também como sujeito político capaz de formular demandas, produzir conhecimentos e incidir na construção de ações transformadoras. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa de Interiorização Quilombola (PIQ), que expressa a capacidade de mobilização e proposição da luta coletiva ao ultrapassar a mera denúncia do racismo e avançar na criação de alternativas institucionais. Tal processo revela novas possibilidades de articulação entre universidade, território e comunidade, conferindo centralidade à população negra na produção de saberes e na democratização do ensino superior. Os resultados demonstram que o PIQ ampliou territorialmente o acesso à educação superior e incorporou mecanismos de participação do movimento quilombola na formulação da política. Contudo, permanecem desafios relacionados à sua institucionalização, sustentabilidade financeira, permanência estudantil e efetivação de práticas curriculares articuladas aos saberes e às especificidades dos territórios quilombolas.

Palavras-chave: Movimento negro; educação superior; Amapá; resistência; políticas afirmativas.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: janeselma@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8575-8829>

** Doutor em Teologia pela Faculdades EST. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Macapá, Amapá, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF). Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil. Professora do Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: daluzeugenia6@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0807-0789>



Abstract: This article aims to discuss the historical trajectory, struggles, challenges, and resistance processes of the Black Movement in the state of Amapá, emphasizing their implications for access to higher education. The study adopts a qualitative, exploratory approach based on a literature review and document analysis, utilizing Content Analysis as the technique for data processing and interpretation. From this methodological perspective, the article examines how the Amapá Black Movement has consolidated itself over time—not merely as a space of resistance, but as a political actor capable of formulating demands, generating knowledge, and influencing the development of transformative actions. A notable initiative is the Programa de Interiorização Quilombola (PIQ—Quilombola Outreach Program), which exemplifies the movement’s capacity for mobilization and collective action by moving beyond the mere denunciation of racism toward the creation of institutional alternatives. This process reveals new possibilities for collaboration among the university, the territory, and the community, placing the Black population at the center of knowledge production and the democratization of higher education. The results demonstrate that the PIQ expanded access to higher education across the territory and incorporated mechanisms for Quilombola movement participation in policy formulation. However, challenges remain regarding its institutionalization, financial sustainability, student retention, and the implementation of curricular practices aligned with the knowledge systems and specificities of Quilombola territories.

Keywords: Black movement; higher education; Amapá; resistance; affirmative policies.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria histórica, las luchas, los desafíos y los procesos de resistencia del Movimiento Negro en el estado de Amapá, con énfasis en sus implicaciones para el acceso a la educación superior. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en la revisión bibliográfica y el análisis documental, utilizando el análisis de contenido como técnica para el tratamiento e interpretación de datos. Desde esta perspectiva metodológica, se examina cómo el Movimiento Negro de Amapá, a lo largo de su historia, se consolida no solo como un espacio de resistencia, sino también como un sujeto político capaz de formular demandas, producir conocimiento e influir en la construcción de acciones transformadoras. Entre estas iniciativas, destaca el Programa de Interiorización Quilombola (PIQ), que expresa la capacidad de movilización y la propuesta de lucha colectiva, trascendiendo la mera denuncia del racismo y avanzando en la creación de alternativas institucionales. Este proceso revela nuevas posibilidades de articulación entre universidad, territorio y comunidad, otorgando centralidad a la población negra en la producción de conocimiento y la democratización de la educación superior. Los resultados demuestran que el PIQ (Programa Integrado para las Comunidades Quilombolas) ha ampliado territorialmente el acceso a la educación superior e incorporado mecanismos para la participación del movimiento quilombola en la formulación de políticas. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con su institucionalización, sostenibilidad financiera, retención estudiantil y la implementación de prácticas curriculares articuladas con el conocimiento y las particularidades de los territorios quilombolas.

Palabras clave: Movimiento negro; educación superior; Amapá; resistencia; políticas afirmativas.



Introdução

Criado como Território Federal em 1943, o Amapá foi elevado à condição de Estado da Federação pela Constituição Federal de 1988. Situado na região Norte do Brasil, apresenta trajetória histórica marcada por disputas territoriais, diversidade sociocultural e processos de reorganização político-administrativa.

A formação histórica do Amapá esteve também relacionada à presença e à organização de populações negras e quilombolas, cujas trajetórias de resistência contribuíram para a constituição sociocultural do território. No campo educacional, essa trajetória articula-se às reivindicações contemporâneas por reconhecimento, direitos territoriais e democratização do acesso à educação superior, especialmente diante das barreiras econômicas, geográficas e institucionais que incidem sobre estudantes oriundos de comunidades quilombolas.

Um aspecto importante da cultura amapaense é a presença de comunidades quilombolas que preservam tradições ancestrais, como a culinária, o artesanato, a música e as festividades típicas. Essas comunidades, descendentes de africanos escravizados que buscaram refúgio e liberdade, desempenham um papel essencial na construção da identidade cultural do estado, mantendo viva a memória e os costumes de seus antepassados. O Amapá possui dezenas de comunidades quilombolas em diferentes estágios de reconhecimento, certificação, delimitação e titulação, o que evidencia a permanência de desafios relacionados à regularização fundiária e à efetivação de políticas públicas específicas. A diversidade dos estágios de reconhecimento territorial também reforça a necessidade de políticas educacionais que considerem as condições concretas de acesso e permanência das populações quilombolas no ensino superior.

As comunidades quilombolas constituem espaços de organização social, transmissão intergeracional de saberes e preservação de práticas culturais, religiosas e territoriais. Suas formas de organização articulam memória, identidade, ancestralidade e relações específicas com o território, elementos que também precisam ser considerados na formulação de políticas educacionais voltadas à população quilombola.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, o Amapá possui 12.894 pessoas quilombolas, correspondentes a 1,76% da população residente do estado. Dentre essa população, 4.701 pessoas quilombolas residem em territórios quilombolas oficialmente delimitados, enquanto 7.823 residem fora desses territórios. É importante destacar que o primeiro quilombo titulado no Amapá foi o Quilombo do Curiaú em 1999, e anos depois, Conceição do Macacoari e Mel da Pedreira em 2005, seguidos por São Raimundo do Pirativa em 2006, e mais recentemente o Quilombo do Rosa, em 2024.

Como se pode observar, o processo é muito lento e depende de recursos financeiros para que todas as etapas sejam cumpridas à risca. Ainda é preciso contar com a sensibilidade do governo em querer implementar essa política para a população quilombola. É possível perceber que após a titulação do Quilombo São Raimundo do Pira-

tiva em 2006, até o atual, Quilombo do Rosa em 2024, se passaram 18 (dezoito) anos. Todavia, ainda é um processo muito lento e que necessita de ações mais pontuais para que tenha celeridade e eficácia.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 permitem compreender a dimensão contemporânea da população quilombola no Amapá e, simultaneamente, evidenciam a necessidade de políticas educacionais capazes de considerar as especificidades territoriais e socioculturais desse segmento populacional. A presença de pessoas quilombolas tanto dentro quanto fora dos territórios oficialmente delimitados revela uma realidade territorial que precisa ser considerada pelas políticas educacionais (IBGE, 2023; Custódio, 2023).

Essa distinção é relevante porque o pertencimento quilombola não se limita à residência em territórios formalmente titulados, aspecto que amplia a compreensão das demandas educacionais desse segmento populacional. É nessa intersecção entre desigualdade histórica, territorialidade e direito à educação que se insere o Programa de Interiorização Quilombola (PIQ) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Verifica-se que as políticas públicas voltadas para essa parcela da população ainda são muito tímidas e precisam de implementações para realmente atingir seu propósito. São anos aguardando o andamento processual iniciado no INCRA para que a titulação seja realizada. As lutas da população negra pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e sociais possuem longa trajetória histórica. A modificação dessa realidade começou a mudar a partir da Constituição Federal de 1988, cem anos após o fim da escravidão, precisamente por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

No ensino superior, as políticas afirmativas marcaram um passo decisivo, sobretudo após a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas). Contudo, ainda existem limitações estruturais no atendimento às comunidades tradicionais. No Amapá, por exemplo, onde 73,9% da população se autodeclara preta ou parda, apenas 9,35% dos negros possuem ensino superior completo, em contraste com 15,96% dos brancos (Unifap, 2021). Essa disparidade evidencia que políticas formuladas de modo vertical, sem considerar especificidades territoriais e culturais, tendem a apresentar baixa aderência às demandas reais das comunidades quilombolas.

É nesse contexto que surge o PIQ, implementado em 2021 pela UNIFAP, com orçamento de R\$ 3.314.332,00 destinados a seis polos instalados em territórios quilombolas. Diferentemente de outras iniciativas, o PIQ nasceu de demanda apresentada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá (CONAQ-AP), sendo construído por meio de processo participativo, com audiências públicas e estrutura de governança compartilhada entre universidade e movimento quilombola. Assim, diante deste contexto, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre a trajetória histórica, as lutas, os desafios e processos de resistência do Movimento Negro e o acesso à educação superior no Estado do Amapá.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental (Minayo, 2009; Lakatos, Marconi, 2021). Conforme os autores, esse tipo de investigação permite examinar especificidades e vivências singulares, possibilitando a compreensão de processos sociais, históricos e institucionais relacionados ao objeto investigado, bem como das práticas sociais que os constituem. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa busca elucidar as razões subjacentes a determinados fenômenos, recorrendo a fontes bibliográficas e documentais como base para a produção e interpretação dos dados.

O corpus documental foi constituído por documentos institucionais relacionados às políticas educacionais e quilombolas, com destaque para o Projeto de Interiorização Quilombola da UNIFAP (2021), legislação educacional, documentos normativos referentes à educação escolar quilombola e registros institucionais relacionados à atuação da CONAQ-AP. O corpus bibliográfico reuniu obras e estudos sobre Movimento Negro, relações étnico-raciais, racismo estrutural, educação e ações afirmativas.

O PIQ foi tomado como estudo de caso (Yin, 2015), por constituir uma experiência específica de política de acesso ao ensino superior construída a partir da mobilização do movimento quilombola amapaense. A análise foi organizada em três eixos: 1) resistência e organização histórica do Movimento Negro; 2) atuação do Movimento Negro e do movimento quilombola no Amapá; e 3) construção, implementação, funcionamento e desafios do PIQ.

A análise documental foi realizada mediante leitura sistemática do corpus, identificação de unidades temáticas e agrupamento dos conteúdos segundo os eixos previamente definidos. Na etapa interpretativa, buscou-se relacionar os elementos históricos, institucionais e políticos presentes nos documentos, evitando reduzir o material à descrição das ações desenvolvidas. A análise de conteúdo foi empregada, portanto, como procedimento de organização e interpretação das informações, articulando categorias relacionadas à resistência, participação política, territorialização do ensino superior, currículo e sustentabilidade da política educacional.

Tal perspectiva se mostra particularmente adequada para o estudo de fenômenos que envolvem o ser humano em suas múltiplas relações sociais, uma vez que essas relações estão imersas em sistemas de crenças, valores, atitudes e hábitos. Assim, a abordagem qualitativa contribui para a compreensão e explicação das dinâmicas sociais, revelando significados que extrapolam descrições superficiais e permitem uma análise interpretativa dos contextos investigados.

No que se refere às técnicas de tratamento e interpretação dos dados, optou-se pela Análise de Conteúdo, considerada uma das metodologias mais recorrentes em pesquisas sociais e educacionais. Segundo Valle e Ferreira (2024), essa técnica é apropriada

da para examinar dados obtidos por meio de entrevistas, questionários, observações, grupos focais, entre outros instrumentos, buscando apreender as compreensões que os sujeitos de pesquisa elaboram acerca do objeto investigado.

Em consonância, Bardin (2016, p. 15) define a Análise de Conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdo e continentes) extremamente diversificados”. No presente estudo, o procedimento foi utilizado para organizar e interpretar os conteúdos presentes no corpus documental e bibliográfico, buscando identificar recorrências, tensões e categorias relacionadas à resistência, participação política, territorialização do ensino superior, currículo e sustentabilidade da política educacional.

Assim, a adoção da Análise de Conteúdo nesta investigação visa identificar e interpretar os desafios, lutas e conquistas da população negra no Estado do Amapá, compreendendo como suas vivências se estruturam a partir de realidades socioculturais e territoriais específicas. O processo analítico, portanto, ultrapassa a mera descrição dos dados, orientando-se para a construção de uma interpretação aprofundada que respeite a singularidade dos sujeitos e o contexto histórico-social no qual estão inseridos.

Movimento Negro, educação e resistência: antecedentes históricos

De acordo com Gohn (2003), os movimentos sociais são ações sociais coletivas de natureza sociopolítica e cultural que possibilitam diferentes formas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na prática, essas formas utilizam diferentes estratégias que vão desde a simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até a pressão indireta.

Nesse contexto, dentre os muitos movimentos sociais existentes, será destacado o Movimento Negro, que luta pela identidade étnica (negra) e contra o colonialismo, o racismo e a expropriação. É fato que a história do negro sempre foi permeada por lutas e resistências, passando por diversas insurreições, rebeliões, chegando à formação de quilombos, como é o caso do Quilombo dos Palmares, conhecido até os dias atuais. A articulação e o planejamento de tais enfrentamentos revelaram-se fundamentais para a consolidação e a dinamização do ativismo negro no país, constituindo-se como um referencial teórico-prático de significativa relevância no combate às estruturas racistas e na reivindicação de direitos voltados à efetivação da cidadania da população negra.

Desde o período escravista, as formas de resistência da população negra constituíram espaços de organização coletiva, afirmação identitária e produção de saberes. O Quilombo dos Palmares constitui uma referência histórica desse processo, por evidenciar a capacidade de organização social, política, econômica e cultural da população negra diante do regime escravista (Moura, 1992; Nascimento, 2019). Para a História

da Educação, essa perspectiva permite compreender a resistência também como prática formativa, uma vez que esses espaços envolveram processos de transmissão de conhecimentos, valores, memórias e formas de sociabilidade entre gerações.

A abolição da escravidão, em 1888, não significou a superação das desigualdades raciais. Conforme Fernandes (2008), a transição para o trabalho livre ocorreu sem a criação de mecanismos efetivos de proteção e inclusão social da população negra, contribuindo para a permanência de desigualdades econômicas, políticas e educacionais. Nesse contexto, a educação passou a ocupar lugar estratégico nas reivindicações da população negra, não apenas como direito social, mas também como instrumento de participação, afirmação identitária e enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas.

Domingues (2007) destaca que, no período pós-abolição, a educação tornou-se uma das principais reivindicações da população negra organizada. Jornais da imprensa negra e associações passaram a incentivar a escolarização como estratégia de enfrentamento das desigualdades e de conquista da cidadania, evidenciando a dimensão educativa assumida pelas organizações negras nas primeiras décadas do século XX.

A imprensa negra constituiu importante espaço de circulação de ideias, organização política e formação da população negra brasileira. Periódicos como *O Kosmos* (1922-1925) e *A Voz da Raça* (1933-1937) contribuíram para a divulgação de debates relacionados à cidadania, à educação, à valorização da identidade negra e ao enfrentamento das práticas discriminatórias. Desse modo, esses veículos ultrapassaram a função informativa e assumiram uma dimensão educativa, colaborando para a formação política e para a organização coletiva da população negra.

Essa dimensão educativa é particularmente relevante para a compreensão do Movimento Negro, pois evidencia que suas práticas de formação não se restringiam à escola. A imprensa, as associações e outros espaços de sociabilidade constituíram ambientes de produção e circulação de conhecimentos, contribuindo para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento do racismo. Nesse processo, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, destacou-se como experiência de organização política que articulou educação, identidade, participação social e combate à discriminação racial.

Outra experiência relevante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento em 1944, no Rio de Janeiro. O grupo articulou teatro, cultura, educação e enfrentamento do racismo, utilizando a produção artística como espaço de formação e afirmação da população negra. Sua relevância para esta discussão reside justamente na compreensão da educação para além dos espaços escolares formais, articulando práticas culturais, produção de conhecimentos e formação política. A trajetória de Abdias do Nascimento, entretanto, apresenta uma conexão anterior com a região Norte. Em entrevista concedida em 1978, o intelectual relatou sua participação,

por volta de 1940-1941, na Santa Hermandad Orquídea, grupo integrado por poetas argentinos e brasileiros, e mencionou uma viagem pelo rio Amazonas até o Ucayali, experiência que antecedeu a criação do TEN (Brasil, 1978)¹.

A partir do final da década de 1970, o Movimento Negro brasileiro ampliou sua atuação política e passou a denunciar de forma sistemática a permanência das desigualdades raciais e suas relações com as estruturas sociais, econômicas, políticas e educacionais. Conforme Gomes (2017), o Movimento Negro constitui sujeito político e educativo, produzindo conhecimentos e ressignificando a questão racial a partir das experiências históricas da população negra. Nessa perspectiva, a educação ocupa lugar estratégico nas lutas antirracistas, tanto pela reivindicação do direito de acesso quanto pela defesa de práticas curriculares que reconheçam as histórias, culturas e conhecimentos produzidos pela população negra.

As experiências históricas anteriormente apresentadas apontam que a luta da população negra brasileira não se restringiu à resistência às estruturas de dominação, mas envolveu também a criação de espaços de formação, produção de conhecimentos, organização política e reivindicação de direitos. Essa trajetória constitui importante antecedente para compreender a atuação do Movimento Negro em diferentes contextos territoriais. No Amapá, essas formas de mobilização assumiram características próprias, relacionadas à formação histórica do território, às experiências da população negra e quilombola e às disputas pelo reconhecimento de direitos sociais, territoriais e educacionais. É nesse contexto que se desenvolvem organizações e articulações que posteriormente contribuiriam para a construção de propostas de acesso ao ensino superior, entre elas o PIQ da UNIFAP.

Neste estudo, Movimento Negro é compreendido em sentido amplo, como campo heterogêneo de organizações, coletivos e sujeitos políticos que atuam no enfrentamento do racismo e na defesa dos direitos da população negra. O movimento quilombola constitui uma dimensão específica desse campo, cuja atuação está relacionada, entre outras questões, à defesa dos territórios, da identidade e dos direitos das comunidades quilombolas. No contexto amapaense, a CONAQ-AP ocupa posição central nessa articulação, estabelecendo uma interface entre reivindicações territoriais, culturais, educacionais e políticas.

O movimento negro no Amapá: uma trajetória de lutas e desafios

Desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social. Exemplos como o do Quilombo dos Palmares, que se constituiu como um marco na historiografia de resistência de luta do povo negro. Firmou-se como referência simbólica na cultura política das relações raciais no Brasil,

tendo na figura de Zumbi dos Palmares um legado no fortalecimento de lutas históricas que são travadas ainda atualmente.

Como se pode perceber, as condições socioeconômicas eram mínimas, abandonados pelos poderes públicos e ainda vítimas da política de higienização, as populações negras eram empurradas dos centros urbanos para as periferias e favelas. Nestas condições, só restava aos povos negros a sujeição aos mais variados tipos de trabalhos forçados e submissão às classes dominantes. Fatos estes também registrados historicamente no Amapá.

A presença da população negra integra a própria formação histórica de Macapá e do território amapaense. Registros referentes à construção da Fortaleza de São José de Macapá indicam a utilização de mão de obra escravizada no século XVIII. Em abril de 1765, o governo do Grão-Pará mantinha 177 pessoas escravizadas trabalhando na construção da fortaleza, e registros históricos indicam fugas de alguns desses trabalhadores em direção à região do Curiaú (Amapá, 2018, p. 9). Essas experiências constituem antecedentes da presença negra no território, mas não devem ser confundidas com as formas organizadas de atuação política que posteriormente caracterizariam o Movimento Negro.

Em dezembro de 1943, Getúlio Vargas designou o capitão Janary Gentil Nunes para assumir o governo do recém-criado Território Federal do Amapá. Sua instalação em Macapá ocorreu em 25 de janeiro de 1944. O então governador e sua comitiva aportam em Macapá no dia 25 de janeiro de 1944, quando a cidade contava com um “núcleo urbano na época de 1.286 habitantes, sem luz elétrica, esgoto e água encanada” (Santos, 2006, p. 26).

Um vilarejo que vivia sob absoluta situação de isolamento, sem qualquer atendimento e serviços essenciais ao bem-estar coletivo, sem progresso. Era uma situação de total dependência geográfica, política e econômica do governo do Pará, ao qual o Amapá pertencia, sendo desmembrado quando da criação dos territórios federais. O descaso do governo do Pará era tanto com a cidade de Macapá que “chegou a também considerá-la ‘zona de castigo’, para cá transferindo, compulsoriamente, os servidores públicos que caíam no desagrado do governo estadual” (Santos, 2006, p. 27).

Diante de tantos problemas sociais enfrentados pela população macapaense, Janary Nunes chegava para consolidar seu projeto de povoar, sanear, educar. Esta seria a maneira para conquistar o povo e fortalecer-se no poder. Além do grande índice de doenças devido à falta de água tratada, esgoto e medidas de combate à malária, dengue, disenteria, dentre outras, grande parte da população era analfabeta e pouco era o número de escolas para que as crianças tivessem acesso à educação.

No processo de modernização urbana de Macapá, a população negra que ocupava áreas centrais foi deslocada para outras áreas da cidade, entre elas as localidades que posteriormente se consolidariam como Lagunho e Favela. Esse processo de reordena-

mento territorial produziu efeitos diferenciados sobre os grupos sociais e esteve associado a práticas de segregação espacial, conforme documentado por Videira (2009) e Custódio (2016).

Janary Nunes buscava implementar a política de modernização de Macapá com a construção de prédios públicos, conjuntos residenciais, juntamente com o remanejamento da população mais pobre das zonas centrais para a área periférica, consolidando o ordenamento urbanístico da cidade. Veladamente é possível perceber a presença do racismo e preconceito nessas ações. Neste sentido, Santos (2006, p. 34) infere que:

Na incorporação de amapaenses ao serviço público, que igualmente fazia parte do conjunto de ações governamentais para desarticular “núcleos de reação ao progresso e a autoridade”, geralmente as pessoas brancas ou com a predominância de caracteres desse tipo étnico ocupariam cargos e funções relevantes. Os mestiços bem evidentes, quase sempre desempenhariam atividades de caráter intermediário. Já os negros atuavam sobretudo nos serviços gerais, e, na capital, trabalhariam na prefeitura, na limpeza pública.

A distribuição racialmente diferenciada dos espaços urbanos e das posições ocupacionais revela que o processo de modernização de Macapá não se restringiu à reorganização física da cidade (Custódio, 2016). Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta na própria organização das instituições e das relações sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades. No caso analisado, a remoção da população negra das áreas centrais e a sua concentração em espaços periféricos, associadas à distribuição racialmente desigual das funções no serviço público, indicam que a modernização urbana esteve atravessada por mecanismos de hierarquização social e racial.

Nesse contexto histórico de luta contra o preconceito e o racismo, é fundada em 25 de novembro de 1986, pelo movimento negro, com objetivo de enfrentar os casos de racismo na cidade, a União dos Negros do Amapá (UNA). Ali iniciava uma gestão pautada “no trabalho de valorização do negro e na busca de redimensionamento da cultura e suas especificidades” (Videira, 2009, p. 217). Além da UNA, outros movimentos negros tiveram destaque no contexto amapaense, como o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), criado em 2000, que atua em pautas reivindicatórias nas quais a mulher negra é a protagonista. Enquanto movimento de mulheres negras, protagonizou inúmeras conquistas sociais e políticas, destacando-se com a eleição de uma de suas fundadoras ao mandato de deputada estadual, levando para o campo político o debate racial (Vieira, 2022).

Ainda, há de se mencionar a criação, em 2004, por meio da Lei n. 0811/2004, da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes – SEAFRO, que nascia com a missão institucional de promover a igualdade racial no Estado. Atualmente a SEAFRO



foi extinta e assumindo sua missão criou-se, pela Lei n. 2.650/2022, a Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Amapá- FEPPIR – Fundação Marabaxio. E no âmbito municipal, foi instituído por meio da Lei Municipal n. 083/2011, o Instituto Municipal de Promoção da Igualdade Racial – IMPROIR, que detém uma pluralidade de atribuições, que vão desde apoio à religiosidade de matriz africana até auxílio para a regularização de terras quilombolas.

Trazendo todo esse contexto de lutas e resistência para os dias atuais, vê-se que o Movimento Negro sai da invisibilidade social, ganha espaços significativos na sociedade e escreve uma nova história na qual ele é o autor principal. Já não é visto como a minoria que grita e não é ouvida, invisível perante a sociedade. É preciso compreender sua potencialidade e salientar a força de seu caráter emancipatório, reivindicatório e afirmativo, que o transforma em um eminente ator político e, também, um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais no percurso histórico de várias gerações.

Nos dizeres de Gomes (2017), o Movimento Negro, visto como sujeito político produtor e produto de experiências sociais variadas, que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, agora é reconhecido, nesse estudo, como sujeito de conhecimento. Um ser atuante que luta a todo instante por suas prioridades. Ainda, conforme a autora, o movimento negro “é um dos principais atores políticos que nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta” (Gomes, 2017, p. 20).

No campo educacional, a atuação do Movimento Negro também contribuiu para a construção e o fortalecimento das políticas de ações afirmativas, especialmente a partir das reivindicações por democratização do acesso à educação superior. A Lei nº 12.711/2012 representou um marco nesse processo, mas sua implementação não eliminou as desigualdades historicamente acumuladas. Em contextos como o amapaense, marcado por especificidades territoriais e pela presença significativa de comunidades quilombolas, tornou-se necessário avançar para políticas capazes de articular acesso, permanência, participação comunitária e reconhecimento das particularidades socioculturais dos territórios (Custódio, 2024; Vieira; Videira; Custódio, 2025).

Nessa perspectiva, no Amapá, especialmente a partir de 2018, houve uma aproximação entre a UNIFAP a CONAQ-AP e, a partir daí, estabeleceu-se um marco para que a gestão, à época, entendesse que as Comunidades Remanescentes de Quilombolas, bem como qualquer grupo tradicional do país nos termos descritos pela Constituição, organiza-se como um lugar de resistência, de luta pela liberdade e preservação do patrimônio cultural negro. A resistência quilombola traz consigo um processo de construção que vem ocorrendo há muito tempo na história do país, e que acontece de diferentes formas de acordo com o contexto de cada período e consegue pautar a UNIFAP em uma experiência de política educacional de caráter pioneiro no contexto amapaense.



As políticas de ações afirmativas implementadas no início do século XXI resultam de décadas de mobilização do Movimento Negro brasileiro em defesa da igualdade racial e da democratização do acesso a direitos. No campo educacional, essas reivindicações contribuíram para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior, mas não eliminaram barreiras relacionadas à permanência, à territorialidade e às especificidades socioculturais. No caso das comunidades quilombolas amapaenses, a demanda apresentada pela CONAQ-AP ultrapassou a lógica convencional de acesso à universidade, propondo a territorialização da oferta de graduação. Nesse sentido, o movimento quilombola passou de uma posição predominantemente reivindicatória para uma posição propositiva na construção da política educacional.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas no Amapá (CONAQ-AP)

A CONAQ, criada em 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa, Bahia, constitui organização nacional voltada à defesa dos direitos das comunidades quilombolas brasileiras. No Amapá, a articulação estadual passou a atuar junto às comunidades quilombolas desde 2000 e foi formalizada juridicamente em 20 de novembro de 2008, como associação sem fins lucrativos voltada à representação e defesa dos direitos das comunidades quilombolas do estado. A partir da publicação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamentou o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, suas ações foram intensificadas em torno da efetivação dos direitos territoriais e sociais das comunidades.

Figura 1: Bandeira da CONAQ-AP.



Fonte: CONAQ-AP, 2025.



Assim, a CONAQ-AP atuou ativamente no período da pandemia para que as comunidades do Estado do Amapá recebessem o mínimo necessário para enfrentarem aquele momento e não fossem esquecidas pelo poder público. A doação de cestas básicas e a prioridade na vacinação foram ações pontuais deste período. E, assim, a CONAQ-AP continua sua atuação junto às comunidades pautando as lutas pela regularização e titulação das terras junto ao INCRA, o pertencimento quilombola, acesso a projetos coletivos para implementação da agricultura familiar e o acesso à educação.

Destaca-se, ainda, que, desde 2012, os esforços por parte do poder público e do próprio movimento social negro organizado ainda estão dando passos curtos para garantir que o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 seja efetivo. Infelizmente, as escolas ainda não colocaram em prática os ditames da Lei e o que ainda vemos são atitudes discriminatórias, racismo e desrespeito à população negra. A organização hegemônica ainda prevalece em nosso país.

Detentora de um profundo conhecimento das realidades dos quilombos do Estado do Amapá, a ação que move a CONAQ-AP tem como foco apoiar os processos de mobilização e organização político-social-fundiária dos diferentes grupos sociais que reivindicam, perante o Estado brasileiro, a regularização fundiária das terras ocupadas nos termos previstos no artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a ação motriz, por meio da busca de parcerias institucionais, públicas e/ou privadas, tem sido ampliada com o propósito de se estruturar no sentido de produzir informações e/ou diagnósticos sociais, culturais, econômicos e educacionais sobre as realidades desses grupos tradicionais.

Em meio a tantos embates na linha de frente das comunidades quilombolas, a CONAQ-AP nunca desistiu de lutar por uma educação de qualidade para os quilombolas. E é com esse sentimento que a partir de 2017 surgiu um desejo diferente no movimento negro. Os quilombolas não queriam mais lutar por uma vaga na universidade. Eles queriam a universidade dentro do quilombo. Assim, seria possível mudar o rumo da história dos negros quilombolas que saem de suas terras para a cidade e acabam afastando-se de seus valores, sua ancestralidade. Como escreveu Fanon (2008), quanto mais o colonizado adotar os valores culturais da metrópole, mais ele se afastará de suas origens. Ao renegar sua identidade negra e suas raízes, ele acreditará estar se tornando mais branco.

E, com este sentimento semeado entre os quilombolas, a CONAQ-AP buscou uma agenda com a UNIFAP e propôs uma Licenciatura Quilombola. A proposta foi bem recebida pela administração superior da UNIFAP à época, que prontamente solicitou mais informações sobre o projeto. Era uma necessidade do povo quilombola que não conseguia encontrar formas de buscar o ensino superior na cidade, pois havia inúmeras dificuldades, mesmo com a política de cotas. Tal realidade é pontuada por Penha, Silva e Machado (2020, p. 63) ao aduzirem que “A porcentagem de nível superior re-



presenta apenas 4% dos respondentes e o acesso à educação é uma das principais preocupações das comunidades”.

Cabe destacar que essa proposta foi resultado de um processo histórico de luta da CONAQ-AP por uma educação pública, gratuita e de qualidade para os povos tradicionais, descendentes de pessoas escravizadas, que compõem as populações quilombolas do Amapá. Além disso, a luta se intensificou a partir da necessidade de implementação de políticas públicas mais efetivas com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – DCNEQ, definidas na Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 (Brasil, 2012). Desde então, um grande esforço tem norteado as ações da CONAQ-AP no sentido de mobilizar instituições públicas, professores das redes federal, estadual e municipal, estudantes e membros da comunidade, visando o cumprimento dos princípios previstos na ordem resolutiva.

O programa de interiorização quilombola no Amapá (PIQ)

O PIQ, implementado pela UNIFAP em 2021, constitui uma experiência de aproximação territorial entre universidade e comunidades quilombolas. Seu processo de criação destacou-se pela participação ativa do movimento social, que contribuiu para o desenho da política e para sua governança. No entanto, apesar de seu caráter inovador, o programa enfrenta tensões relacionadas ao modelo pedagógico adotado, marcado pela promessa de especificidade quilombola, mas limitado pela reprodução de práticas convencionais do ensino superior. Essa seção discute como tais contradições influenciam a efetividade da proposta. O PIQ representa uma mudança significativa na forma de territorialização do acesso ao ensino superior no contexto analisado. Diferentemente de políticas formuladas predominantemente de forma centralizada, o PIQ origina-se de “demanda induzida da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá (CONAQ-AP)” (Unifap, 2021, p. 5), configurando-se como experiência pioneira, no contexto analisado, de articulação entre movimento social quilombola e universidade federal para oferta de graduação em territórios quilombolas.

A gênese do PIQ evidencia um processo ascendente de construção de políticas públicas. Diante das limitações enfrentadas pelos quilombolas para permanecerem na cidade cursando educação superior, mesmo com a existência da Lei de Cotas n. 12.711/2012, a CONAQ-AP identifica a necessidade de “uma ação mais pontual: a universidade dentro dos quilombos”. Esta proposição transcende a lógica tradicional que exige deslocamento das comunidades tradicionais para centros urbanos, invertendo a dinâmica para que a universidade se aproxime dos territórios. Ressalta-se ainda que, conforme declarações feitas por lideranças, a proposta de levar a UNIFAP para dentro dos quilombos foi resultado de um processo histórico de luta da CONAQ-AP, diga-se, do movimento negro quilombola, por uma Educação pública, gratuita e de qualidade

aos povos tradicionais, descendentes de pessoas escravizadas, que compõem as populações quilombolas amapaenses. E mais, a luta foi intensificada a partir da necessidade de serem implementadas políticas públicas mais efetivas com o advento das DCNEQ.

O processo participativo de definição do programa caracteriza-se pela participação de diferentes comunidades e pela presença de representantes da universidade nas etapas de discussão da proposta. O “plenário quilombola no Torrão do Matapi, com mais de 40 comunidades”, reuniu aproximadamente 700 pessoas devidamente credenciadas para discutir a implantação dos polos universitários. A participação das Pró-Reitorias de Cooperação e Relações Interinstitucionais e de Graduação da UNIFAP, nestes encontros, evidencia reconhecimento institucional da legitimidade do processo comunitário de decisão.

Figura 2 - Plenária Quilombola para discutir sobre o PIQ.



Fonte: CONAQ-AP, 2025.

Sem a possibilidade de continuidade dos estudos na comunidade, apenas as famílias mais estruturadas financeiramente conseguiam mandar os filhos para continuarem os estudos na cidade, mas, ainda assim, enfrentavam dificuldades em mantê-los, devido ao alto custo de vida. Tal fato ainda retrata o quanto o poder hegemônico está presente em nossa sociedade, pois continua-se privando o povo desprestigiado economicamente de estarem em espaços de conhecimento. Nesta dura realidade, nos reportamos ao pensamento de Maldonado-Torres (2022, p. 44) quando afirma que, “os condenados são representados em formas que os fazem se rejeitar e, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que nunca são exitosos”.



A viabilização do PIQ demandou adaptação das estruturas institucionais da UNIFAP para incorporar demandas formuladas externamente, como a constituição de uma “comissão” liderada pela CONAQ-AP para articulação com a universidade. A estrutura de governança do programa, formalizada na normatização, estabelece “Comissão Sistematizadora Externa” composta pela CONAQ-AP e “Comissão Sistematizadora Interna” da UNIFAP, institucionalizando a participação quilombola na gestão do programa.

A metodologia de implantação do PIQ revela processo estruturado de co-construção por meio de etapas que garantem participação comunitária: “Etapa 1: Solicitação de cursos pela CONAQ/AP; Etapa 2: Realização de audiências públicas nas localidades interessadas; Etapa 3: Devolutiva às Comunidades Quilombolas/CONAQ-AP da adesão do curso” (Unifap, 2021, p. 14-15). Essa sequência evidencia que as decisões fundamentais - quais cursos ofertar e onde implantá-los - originam-se nas comunidades e são validadas por meio de processos participativos.

A transição da demanda social para política pública efetiva exigiu complexa articulação política que aponta tanto as potencialidades quanto as fragilidades do modelo. A busca por recursos financeiros para custear o programa, “já que a iniciativa era o movimento negro quilombola e não uma política pública instituída pelos poderes governamentais”, revelou a necessidade de mediação política específica. Após “muitas visitas aos parlamentares do Estado do Amapá”, a deputada Leda Salada foi quem “se comprometeu e alocou a emenda” de R\$ 3.314.332,00 para implantação do programa.

O papel de articuladores, como o desempenhado por Joaquim Cruz, mostrou-se fundamental para a viabilização da proposta. Conforme relatos de integrantes do movimento quilombola, a “aceitação da deputada foi em função da amizade que existia entre ela e o senhor Joaquim Cruz”, evidenciando que o sucesso da articulação dependeu de relações pessoais específicas. Esta característica, embora tenha viabilizado o programa, introduz elemento de fragilidade estrutural na sustentabilidade da iniciativa.

O PIQ adota uma organização formativa que busca articular especificidades quilombolas às exigências acadêmicas da universidade. A distribuição dos seis polos - Torrão do Matapi, Carmo do Maruanum e Igarapé do Lago (Pedagogia); Curiaú e Mazagão Velho (Letras); Abacate da Pedreira (Ciências Biológicas) - considerou “comunidades mais próximas ao centro da capital e com uma melhor estrutura física para receber alunos e professores”, mas mantendo o princípio de atendimento territorial.

A proposta curricular do PIQ estabelece como princípio a incorporação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQs)” e a “valorização da cultura quilombola na esfera curricular, percorrendo todas as áreas do conhecimento da formação docente” (Unifap, 2021, p. 13). Contudo, a própria normatização do Programa determina que “a organização didático-pedagógica do Programa será a mesma utilizada pela UNIFAP para seus Cursos” (Unifap, 2021, p. 13).





Essa formulação demonstra uma tensão entre a intenção de assegurar uma formação acadêmica sensível às especificidades socioculturais quilombolas e a adoção de uma estrutura didático-pedagógica padronizada pela instituição. Tal contradição suscita questionamentos acerca dos limites da territorialização do ensino superior, uma vez que a presença da universidade nos territórios quilombolas não implica, por si só, uma transformação efetiva das concepções curriculares e das práticas formativas.

Essa tensão pode ser interpretada a partir da discussão de Gomes (2017) sobre os desafios da descolonização curricular, na qual instituições promovem inclusão sem questionar estruturas epistemológicas hegemônicas. Segundo a autora, só é possível descolonizar os currículos e o conhecimento se descolonizarmos o olhar sobre os sujeitos, suas experiências, seus conhecimentos e a forma como os produzem. O PIQ, ao manter metodologia padronizada, pode reproduzir lógicas coloniais que hierarquizam saberes, privilegiando conhecimentos acadêmicos em detrimento das epistemologias quilombolas.

Gomes (2017) alerta que a descolonização dos currículos não é tarefa fácil, uma vez que encontra forte oposição, especialmente em contextos institucionais consolidados. A tensão observada no PIQ, entre promessa de especificidade e manutenção de estruturas curriculares convencionais, exemplifica esta resistência, evidenciando que a inovação territorial não foi acompanhada de correspondente transformação epistemológica. A utilização da mesma metodologia dos cursos regulares pode comprometer a efetividade da diferenciação cultural prometida, reduzindo o programa a expansão territorial sem adequação curricular substantiva.

O programa atende público específico: “candidatos que tenham concluído ou que estejam concluindo o Ensino Médio, pertencentes a comunidades Quilombolas do Amapá” e “professores de escolas públicas situadas em comunidades quilombolas” (Unifap, 2021, p. 12). Esta delimitação evidencia adequação às necessidades identificadas pelas comunidades: formar novos quadros e qualificar professores já atuantes.

O PIQ configura-se assim como experiência pioneira de co-construção entre movimento social quilombola e universidade federal, caracterizada por processo participativo de definição, governança compartilhada e inovação territorial. O programa representa materialização da capacidade propositiva da CONAQ-AP e adaptabilidade institucional da UNIFAP para incorporar demandas formuladas externamente, evidenciando potencialidades do modelo participativo na democratização do ensino superior.

A escolha de ofertar Pedagogia em três polos (Torrão do Matapi, Carmo do Maruanum, Igarapé do Lago) reflete priorização da formação de professores, demanda historicamente identificada pelas comunidades quilombolas. Os cursos de Letras (Curiaú, Mazagão Velho) e Ciências Biológicas (Abacate da Pedreira) complementam este perfil, evidenciando compreensão das especificidades educacionais territoriais.



A principal fragilidade do PIQ reside na dependência de articulações políticas pessoais e temporárias para sua viabilização e sustentabilidade. O financiamento por meio de “Termo de Execução Descentralizada - quando tratar-se de Emenda Parlamentar da esfera federal” (Unifap, 2021, p. 17) vincula a continuidade do programa à disponibilidade de recursos parlamentares específicos, criando vulnerabilidade estrutural significativa. Esta personalização das relações políticas, embora tenha sido eficaz para implementação inicial, introduz elemento de fragilidade na sustentabilidade, uma vez que mudanças no cenário político ou nas relações pessoais podem comprometer a continuidade do financiamento.

O PIQ no presente: continuidade, resultados e desafios

A análise do PIQ não pode se restringir ao processo de implantação, uma vez que a experiência produziu resultados concretos na ampliação territorial do acesso ao ensino superior. A primeira etapa contemplou seis polos quilombolas (Torrão do Matapi, Carmo do Maruanum, Igarapé do Lago, Curiaú, Mazagão Velho e Abacate da Pedreira), com oferta de cursos de Pedagogia, Letras e Ciências Biológicas. Registros institucionais da UNIFAP (Unifap, 2024) indicam que a primeira etapa alcançou 360 estudantes, evidenciando que a proposta ultrapassou a condição de iniciativa experimental e passou a produzir efeitos concretos sobre a formação superior de sujeitos vinculados aos territórios quilombolas.

A continuidade da experiência já apresenta desdobramentos institucionais concretos. Em janeiro de 2026, a UNIFAP (Unifap, 2026) discutiu com lideranças quilombolas o planejamento da segunda edição do PIQ, incluindo a manutenção dos polos existentes e a possibilidade de nova oferta de graduação. Em abril de 2026, a CONAQ-AP informou o encaminhamento de proposta de aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entre a organização e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP), contemplando responsabilidades compartilhadas para uma nova etapa da formação superior em territórios quilombolas e a oferta de licenciaturas em comunidades de Lontra da Pedreira, Ariri e São Pedro dos Bois. Esses desdobramentos indicam que o PIQ permanece em processo de expansão, negociação e institucionalização.

Os resultados do PIQ podem ser compreendidos em duas dimensões complementares. A primeira refere-se à ampliação do acesso, uma vez que a presença da universidade nos territórios tem potencial para reduzir barreiras relacionadas ao deslocamento, aos custos de permanência e ao afastamento das comunidades. A segunda diz respeito à participação social na formulação da política, pois a atuação da CONAQ-AP demonstra que as comunidades quilombolas não foram tomadas apenas como público desti-

natário, mas também como sujeitos propositores da política educacional. Entretanto, a territorialização do ensino superior não elimina, por si só, os desafios relacionados à permanência, à qualidade da formação, à sustentabilidade financeira e à construção de currículos vinculados aos saberes, aos fazeres e às experiências quilombolas.

Considerações finais

A análise realizada demonstra, no contexto amapaense, que o Movimento Negro constitui sujeito político relevante na disputa por reconhecimento, direitos e democratização das oportunidades educacionais. A trajetória examinada aponta que a resistência histórica da população negra assumiu também formas organizadas de produção de conhecimentos, mobilização política e incidência sobre a formulação de políticas públicas.

Nesse processo, a atuação da CONAQ-AP foi decisiva para transformar uma demanda social — levar a universidade aos territórios quilombolas — em uma política institucional materializada pelo PIQ. A primeira etapa do programa ampliou territorialmente a oferta de educação superior e criou mecanismos de participação das comunidades na definição da política. Em 2026, a discussão de uma nova etapa, envolvendo UNIFAP, CONAQ-AP e SEED/AP, indica que a experiência permanece em processo de expansão e institucionalização.

Todavia, os resultados também revelam limites. A sustentabilidade financeira, a permanência estudantil, a institucionalização da política e, sobretudo, a efetivação de uma proposta curricular coerente com as especificidades quilombolas permanecem como desafios. A territorialização da universidade constitui avanço importante, mas não garante, isoladamente, a descolonização das práticas formativas. O desafio consiste, portanto, em consolidar o PIQ como política pública institucionalizada e sustentável.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMAPÁ. *Projeto de regulamentação nº 001/2018 - CEPC*: dispõe sobre a proposição de normas legais para a eficiente regulamentação do Conselho Estadual de Política Cultural como elemento constitutivo da estrutura e composição do Sistema Estadual de Cultura do Amapá com fulcro na Lei. 2.137/2017 que criou o SEC. Macapá, 2018. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/CEPC_6d031587b64ac00a3dc86ad587f39bf9.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONAQ - COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). *CONAQ: direitos e territórios*. Brasília, DF: CONAQ, 2025. Disponível em: <https://conaq.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5 de outubro de 1988. Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Centro de Informações da Aeronáutica. *Informação n. 0647/CISA-1*: Abdias Nascimento – entrevista. Brasília, DF: Arquivo Nacional, 1978.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 19 set. 2024.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/identidade>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. As políticas educacionais no Amapá e suas interfaces no cenário político-social-cultural. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 16, n. 43, p. 92-114, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1651>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. *Educação Escolar Quilombola no Brasil: um olhar a partir de referenciais curriculares e materiais didáticos estaduais*. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

DOMINGUES, José Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Educador Negro: saberes construídos nas lutas pela emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2022: Quilombolas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um concept*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PENHA, Katia dos Santos; SILVA, Givânia Maria; MACHADO, Cabral (org.). *Quilombos e quilombolas na Amazônia: os desafios para o (re)conhecimento*. Brasília, DF: ECAM/CONAQ, 2020.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismos – 1943 a 1970*. Belém: Grafimorte, 2006.

UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. *Projeto de interiorização quilombola*. Macapá: UNIFAP, 2021. Disponível em: <https://www.unifap.br/curso-de-pedagogia-do-polo-quilombola-car-mo-do-maruanum-realiza-eventos-academico-e-cultural>. Acesso em: 24 ago. 2026.

UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. *Curso de Pedagogia, do Polo quilombola Carmo do Maruanum, realiza eventos acadêmico e cultural*. Macapá: UNIFAP, 2024. Disponível em: <https://www.unifap.br/curso-de-pedagogia-do-polo-quilombola-car-mo-do-maruanum-realiza-eventos-academico-e-cultural/>. Acesso em: 24 ago. 2026.



UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. *Unifap planeja nova fase do Plano de Interiorização Quilombola em diálogo com lideranças*. Macapá: UNIFAP, 2026. Disponível em: <https://www.unifap.br/unifap-discute-com-liderancas-a-continuidade-do-plano-de-interiorizacao-quilombola/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. *SciELO Preprints*, [S. l.], 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIEIRA, Enilton Ferreira. *Lei n. 12.711/2012: trajetória histórica, limites da ação afirmativa e aplicabilidade na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (2013 a 2020)*. 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

VIEIRA, Enilton; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. As políticas de ações afirmativas na graduação e pós-graduação da UNIFAP: entre acesso, permanência e equidade. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 29, n. 61, p. 1–30, 2025. DOI: 10.26694/rles.v29i61.7088. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7088>. Acesso em: 21 ago. 2025.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Nota

- 1 A informação consta de documento do Arquivo Nacional produzido pelo Ministério da Aeronáutica em 1978 (Brasil, 1978), no contexto de vigilância política sobre Abdias do Nascimento, ao qual foi anexada entrevista concedida pelo intelectual ao Folhetim, suplemento da Folha de S. Paulo, em 25 de junho de 1978. Na entrevista, Abdias relata sua participação na Santa Hermandad Orquídea e a viagem realizada pelo rio Amazonas até o Ucayali.

Recebido em: 29 de setembro de 2025

Aprovado em: 22 de agosto de 2026

